Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

Guanapack Indústria de Embalagens Plásticas Ltda.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 264RJ-068-PB



Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton
Auditores Independentes Ltda.
Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12ª andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Quotistas
Guanapack – Indústria de Embalagens Plásticas Ltda.
Três Rios – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Guanapack – Indústria de Embalagens Plásticas Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Guanapack – Indústria de Embalagens Plásticas Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e sua controlada;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Guanapack | GTB54642

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1

Tiago dos Santos Lima

Assinado por: TIAGO DOS SANTOS LIMA:33641541808
CPF: 33641541808
Papel: Sócio
Data/Hora da Assinatura: 05/05/2026 19:58:24 BRT

O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5

Tiago dos Santos Lima
Contador CRC 1SP-268.549/O-6

© 2026 Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. Todos os direitos reservados | Guanapack | GTB54642

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

Guanapack - Indústria de Embalagens Plásticas Ltda.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	154.458	101.419	218.696	110.354
Contas a receber	5	306.045	226.665	387.178	322.839
Estoques	6	162.344	129.937	249.715	192.550
Tributos a recuperar	7	18.010	14.293	22.417	28.005
Imposto de renda e contribuição social	7	15.548	16.045	19.281	16.313
Dividendos e juros de capital próprio a receber	18	-	472	-	-
Adiantamentos	8	7.886	24.043	9.285	24.406
Total do ativo circulante		**664.291**	**512.874**	**906.572**	**694.467**
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Tributos a recuperar	7	-	161	-	161
Imposto de renda e contribuição social	7	610	-	610	-
Depósitos judiciais	8	1.182	1.081	1.389	1.081
Partes relacionadas	19	58.938	58.697	58.979	58.697
Investimentos	9	213.480	232.840	-	-
Imobilizado	10	128.790	108.982	134.430	115.470
Intangível	11	-	-	102.220	114.462
Direito de uso	17.1	-	-	18.122	22.217
Total do ativo não circulante		**403.000**	**401.761**	**315.750**	**312.088**
Total do ativo		**1.067.291**	**914.635**	**1.222.322**	**1.006.555**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

Guanapack - Indústria de Embalagens Plásticas Ltda.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Fornecedores	12	274.481	162.217	403.852	223.256
Empréstimos e financiamentos	13	88.915	61.424	88.915	61.424
Obrigações trabalhistas	14	6.843	6.200	11.112	11.067
Obrigações tributárias	15	18.467	17.084	18.915	18.840
Dividendos e juros de capital próprio a pagar	19	24.353	24.423	24.353	23.951
Contas a pagar - Aquisição de investimento	9	118.236	168.996	118.236	168.996
Adiantamentos de clientes	16	3.363	4.193	3.998	4.193
Outros passivos	-	1.098	-	2.446	1.715
Passivo de arrendamento	17.2	-	-	5.146	2.540
Total do passivo circulante		**535.756**	**444.537**	**676.973**	**515.982**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	99.154	20.382	99.154	20.382
Obrigações trabalhistas	14	-	-	76	93
Obrigações tributárias	15	14.033	27.110	14.033	27.110
Partes relacionadas	19	51.397	28.615	51.446	28.615
Provisões para demandas judiciais	18	432	66	432	66
Passivo de arrendamento	16	-	-	13.689	20.382
Total do passivo não circulante		**165.016**	**76.173**	**178.830**	**96.648**
Patrimônio líquido					
Capital social	20	26.000	26.000	26.000	26.000
Reserva de lucros	-	359.076	392.660	359.076	392.660
Prejuízos acumulados	-	(18.557)	(24.735)	(18.557)	(24.735)
Total do patrimônio líquido		**366.519**	**393.925**	**366.519**	**393.925**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.067.291**	**914.635**	**1.222.322**	**1.006.555**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

Guanapack - Indústria de Embalagens Plásticas Ltda.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	21	809.387	726.198	991.542	815.226
Custo dos produtos vendidos	22	(754.255)	(665.370)	(911.266)	(740.321)
Lucro bruto		**55.132**	**60.828**	**80.276**	**74.905**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Gerais e administrativas	22	(95.169)	(81.208)	(130.185)	(98.912)
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	22	(662)	(2.108)	(662)	(2.679)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(7.118)	(6.843)	-	-
Outras receitas líquidas/(despesas) operacionais	22	37.259	35.254	36.319	39.136
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(65.690)**	**5.923**	**(94.528)**	**12.450**
Receitas financeiras	23	13.216	13.612	17.875	15.077
Despesas financeiras	23	(30.182)	(16.537)	(31.146)	(17.327)
Variação cambial líquida	23	118	1.532	117	1.567
Resultado financeiro líquido		**(16.848)**	**(1.393)**	**(13.154)**	**(683)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(27.406)**	**4.530**	**(27.406)**	**11.767**
Tributos sobre o lucro	24	-	-	-	(7.237)
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		**(27.406)**	**4.530**	**(27.406)**	**4.530**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

Guanapack - Indústria de Embalagens Plásticas Ltda.

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	**(27.406)**	**4.530**	**(27.406)**	**4.530**
Outros resultados abrangentes		-		-
Total do resultado abrangente do exercício	**(27.406)**	**4.530**	**(27.406)**	**4.530**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

Guanapack - Indústria de Embalagens Plásticas Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

		Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.000**	**384.076**	**4.319**	**-**	**389.395**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.530	**4.530**
Aumento de capital	25.000	(25.000)	-	-	**-**
Reserva de incentivos fiscais	-	33.584	-	(33.584)	**-**
Incorporação de prejuízo por meio de reservas	-	-	(4.319)	4.319	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**26.000**	**392.660**	**-**	**(24.735)**	**393.925**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(27.406)	**(27.406)**
Reserva de incentivos fiscais	-	(33.584)	-	33.584	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**26.000**	**359.076**	**-**	**(18.557)**	**366.519**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

Guanapack - Indústria de Embalagens Plásticas Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		**(27.406)**	**4.530**	**(27.406)**	**4.530**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das atividades operacionais					
Provisão (reversão) de perda esperada com crédito de liquidação duvidosa	5	662	2.108	662	(2.451)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	18	366	(251)	366	(251)
Baixa do ativo imobilizado	10	52	286	381	1.560
Depreciação	10	7.102	6.763	7.945	9.969
Juros incorridos sobre arrendamentos	17	-	-	465	727
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	13	10.679	10.116	10.214	10.841
Resultado de equivalência patrimonial		7.118	6.843	-	-
		(1.427)	**30.395**	**(7.373)**	**24.925**
Redução (aumento) nos ativos operacionais					
Contas a receber	-	(80.042)	(19.310)	(65.001)	(110.924)
Estoques	-	(32.407)	(6.893)	(57.165)	(69.506)
Tributos a recuperar	-	(3.669)	(16.391)	2.171	(30.371)
Adiantamentos	-	16.157	8.770	15.121	8.407
Depósitos judiciais	-	(101)	(914)	(308)	(914)
(Redução) aumento nos passivos operacionais					
Fornecedores	-	112.264	17.717	180.596	78.756
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	(11.051)	(8.830)	(12.974)	(2.114)
Contas a pagar - aquisição de controlada	-	(50.760)	168.996	(50.760)	168.996
Adiantamentos de clientes e outros passivos	-	268	601	544	2.848
Caixa líquido (consumido nas) gerado das atividades operacionais		**(50.768)**	**174.141**	**4.851**	**70.103**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de investimento	9	12.242	(239.683)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	10	(26.962)	(42.226)	(27.286)	(54.002)
Partes relacionadas	19	(241)	-	(282)	-
Goodwill na aquisição de empresa	9	-	-	12.242	(114.462)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(14.961)**	**(281.909)**	**(15.326)**	**(168.464)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	14	349.454	197.159	349.454	197.159
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(253.870)	(129.405)	(253.870)	(129.405)
Partes relacionadas	19	22.782	15.994	22.831	15.994
Dividendos pagos	-	402	(3.297)	402	(3.769)
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento		**118.768**	**80.451**	**118.817**	**79.979**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**53.039**	**(27.317)**	**108.342**	**(18.382)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	101.419	128.736	110.354	128.736
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	154.458	101.419	218.696	110.354
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		**53.039**	**(27.317)**	**108.342**	**(18.382)**
Transações em efeito caixa					
Aquisição de direito de uso	17	-	-	-	(22.946)
Passivo de arrendamento	17	-	-	-	22.946
		-	**-**	**-**	**-**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

1. Contexto operacional

A Guanapack – Indústria de Embalagens Plásticas Ltda. ("Empresa" ou "Guanapack"), é uma empresa por quotas de responsabilidade limitada, localizada na rua Isaltino Silveira, 1188 - Cantagalo, no município de Três Rios, Rio de Janeiro, constituída em 08 de abril de 2010 e que iniciou suas atividades operacionais em julho de 2011.

A Empresa é controlada diretamente pela Norpack Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda., localizada em Camaçari, Bahia, que possui 99% das quotas do seu capital social, e faz parte de um grupo empresarial a Packingroup (vide detalhes na nota explicativa nº 19).

O objeto social da Empresa compreende a fabricação de embalagens de material plástico, a fabricação de artefatos de materiais plásticos para uso industrial e a fabricação de filmes plásticos para fraldas descartáveis, bem como a participação em outras sociedades civis ou comerciais, na qualidade de sócia quotista ou acionista.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem a Empresa e sua controlada a Soft Film Industria e Comercio de Plásticos Ltda., (conjuntamente referida como "Grupo" ou "Grupo Guanapack").

1.1. Relação de empresa controlada

a) A seguir, lista da controlada da Empresa

	Participação acionária	
	2025	2024
Soft Film Industria e Comercio de Plásticos Ltda.	100%	100%

Soft Film Industria e Comercio de Plásticos Ltda.

A Soft Film Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. ("Soft Film") é uma empresa de quotas de responsabilidade limitada, localizada no município de Extrema, Minas Gerais, constituída e iniciou suas operações em 04 de março de 2009, e a Empresa assumiu o controle societário em 1º de setembro de 2024, a Soft Film foi adquirida pela Empresa. O objeto da Empresa é a industrialização, comércio, importação, exportação de produtos termoplásticos bem como a prestação de serviços concernentes ao ramo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Empresa em 05 de maio de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo são apresentadas na Nota Explicativa nº 3 – Políticas contábeis materiais.

A Empresa adquiriu 100% do capital social da Soft Film Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. em setembro de 2024, conforme descrito acima, passando a exercer controle sobre suas operações a partir dessa data. Como resultado, a Empresa passou a elaborar e divulgar demonstrações contábeis consolidadas, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas. As demonstrações contábeis consolidadas referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e incluem os ativos, passivos, receitas e despesas da controlada adquirida, a partir da data de aquisição.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Todas as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais (R$) ("moeda funcional") usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações, cujos itens são mensurados. Os saldos de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa cambial das datas dos balanços. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com ativos e passivos financeiros, incluindo também empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado, como "Variações cambiais, líquidas".

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas referem-se a:

- Contas a receber – Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (Nota explicativa nº 5);
- Imobilizado e intangível – Análise de vida útil de ativos – (Notas explicativas nºs 10 e 11);
- Provisões para demandas judiciais (Nota explicativa nº 18).

A Administração do Grupo não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

3.2. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades do Grupo.

São registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, deduzidas de eventual provisão para redução ao valor recuperável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Grupo), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise individualizada da carteira de clientes, considerando o histórico de perdas, as condições atuais dos créditos e expectativas razoáveis quanto à recuperabilidade, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas incorridas.

3.3. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

a) Ativos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

O Grupo classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **(a)** ao custo amortizado, **(b)** mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e **(c)** mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

b) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pelo Grupo **(i)** com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e **(ii)** cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na Rubrica “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pelo Grupo **(i)** tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e **(ii)** cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, o Grupo optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.

Essa categoria é composta pelo saldo de outros investimentos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

d) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica “receitas financeiras” ou “despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica “resultado dos instrumentos financeiros derivativos”, para os instrumentos derivativos.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras dos empréstimos estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou em outro tipo de reorganização financeira, "*default*" ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionadas com "*defaults*".

e) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros empréstimos e financiamentos são da seguinte forma:

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

f) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.4. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, conforme aplicável, líquido dos impostos recuperáveis, e não excedem o seu valor realizável líquido. O custo dos estoques compreende o custo de aquisição das matérias-primas, os custos diretos de produção, tais como mão de obra direta, bem como a parcela apropriada dos custos indiretos necessários para trazer os estoques à sua condição e localização atuais, excluídos os custos de financiamentos, desperdícios anormais e despesas administrativas e comerciais.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e dos gastos necessários para realizar a venda. Quando aplicável, é constituída provisão para perda por desvalorização de estoques, destinada a refletir riscos de obsolescência, baixa rotatividade, deterioração física ou outras perdas identificadas em inventário físico, em montante considerado suficiente pela Administração para ajustar o valor contábil dos estoques ao seu valor realizável líquido.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

3.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela próprio Grupo inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados;
- Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento; e
- Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

3.5.1. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo será medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

3.5.2. Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A vida útil estimada das várias categorias de ativos identificadas estão apresentadas na Nota Explicativa nº 10.

3.6. Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizado e intangível têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável ou baixa contra os custos do projeto. Nas demonstrações contábeis de 2025 e 2024 não foram identificados ajustes a serem contabilizados.

3.7. Investimento em controlada

Controladas

A Empresa controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Empresa obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Empresa, direta e indireta, são eliminados na medida da participação da Empresa; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

Quando a participação da Empresa nas perdas acumuladas da controlada iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Empresa não reconhece perdas adicionais.

Participação de acionistas não-controladores

A Empresa elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Perda de controle

Quando a Empresa perde o controle sobre uma controlada, a Empresa desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Empresa retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Empresa na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Combinação de negócios

A combinação de negócio é registrada utilizando o método de aquisição no momento da transferência de controle para a Empresa. A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo na data da aquisição, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos, visando a identificação de eventuais ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) ou ganhos por compra vantajosa. Adicionalmente, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida.

De acordo com o CPC 15 (R1) – Combinações de negócios, a Empresa mensura o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos no momento das combinações de negócios realizadas no exercício, com apoio de consultorias externas. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros ("CPC 48") na demonstração do resultado. As apresentações solicitadas pelo CPC 15 – Combinações de negócios estão detalhadas na Nota Explicativa nº 9.

O ágio resultante de uma combinação de negócios corresponde ao excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio é reconhecido e apresentado no grupo do ativo intangível, sendo mensurado, após o reconhecimento inicial, pelo custo, deduzido de eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

Para fins de teste do valor recuperável (*impairment*), o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs) da Empresa (ou grupos de UGCs), que se beneficiarão das sinergias da combinação. As UGCs às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de *impairment* ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma UGC poderá apresentar *impairment*. Se o valor recuperável da UGC for menor que o valor contábil, a perda por *impairment* é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à UGC e, posteriormente, aos outros ativos da UGC, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por *impairment* de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.9. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil correspondente ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.10. Provisões e passivos contingentes

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de o Grupo liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências, divulgadas na Nota Explicativa nº 18, são classificadas como:

- **Prováveis**: para as quais são constituídos passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis;
- **Possíveis**: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis quando relevantes, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- **Remotas**: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

3.11. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários registrados no ativo circulante e não circulante são avaliados e, quando necessário e relevantes, são ajustados ao seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxas de juros explicitas ou implícitas.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

3.12. Benefícios a funcionários e dirigentes

O Grupo não mantém planos de pensão, de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios para seus funcionários e dirigentes pós-saída do Grupo.

O reconhecimento da participação nos lucros é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável e aprovado pela Administração do Grupo.

3.13. Distribuição de lucros e Juros sobre capital próprio

(a) Juros sobre capital próprio

Os Juros sobre o Capital Próprio (JCP) são instituto criado pela legislação tributária, incorporado ao ordenamento societário brasileiro por força da Lei nº 9.249/95. É prática usual das sociedades distribuírem-nos aos seus acionistas e imputarem-nos ao dividendo obrigatório, nos termos da legislação vigente

(b) Dividendos obrigatórios

A lei societária prevê que o dividendo obrigatório pode deixar de ser distribuído ou pode ser distribuído por valor inferior ao determinado no estatuto social da entidade, quando não houver lucro realizado em montante suficiente (artigo 202, inciso II). Quando o dividendo obrigatório, devido por força do estatuto social ou da própria lei, excede o montante do lucro líquido do exercício realizado financeiramente, pode a parcela não distribuída ser destinada à constituição da reserva de lucros a realizar.

3.14. Receita de contrato com cliente

A receita de contratos com clientes é reconhecida, baseada no modelo de cinco passos: **(i)** identificação dos contratos com os clientes; **(ii)** identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos; e **(v)** reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida.

As receitas são mensuradas com base na contraprestação a que o Grupo espera ter direito, excluindo os valores cobrados em nome de terceiros, tais como tributos incidentes sobre vendas, bem como descontos incondicionais, devoluções de vendas e outros abatimentos concedidos aos clientes, os quais são reconhecidos como deduções da receita bruta no período em que ocorrem.

a) Receita de vendas de produtos

O reconhecimento da receita ocorre quando: **(i)** mercado nacional, o controle é transferido ao cliente, em geral, no momento da entrega física dos produtos ou conforme a cláusula de entrega pactuada nos contratos (por exemplo, local de entrega acordado), ocasião em que o cliente passa a ter a capacidade de direcionar o uso e obter substancialmente todos os benefícios econômicos dos produtos; e **(ii)** exportação, o reconhecimento da receita ocorre no momento da transferência do controle, conforme os *Incoterms* aplicáveis a cada operação, normalmente quando os produtos são entregues ao transportador indicado ou embarcados, a depender da modalidade contratual, desde que não haja obrigações de desempenho adicionais relevantes a serem satisfeitas pelo Grupo.

Não existem obrigações de desempenho adicionais relevantes associadas às vendas de produtos, tampouco componentes significativos de financiamento, uma vez que os prazos de recebimento praticados são compatíveis com as condições usuais de mercado.

3.15. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, devoluções e os descontos incidentes sobre elas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

O Grupo realizara uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega da mercadoria.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

3.16. Tributação sobre o lucro

O imposto de renda e contribuição social corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240.000 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

Os tributos correntes são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio.

3.17. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

3.18. Novas normas e pronunciamentos contábeis

Uma série de novas normas contábeis e alterações a normas existentes entrarão em vigor para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025, conforme descrito a seguir. A Empresa não adotou antecipadamente essas normas na preparação das presentes demonstrações contábeis:

Futuros requerimentos Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02)
1º de janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48 e CPC 40
1º de janeiro de 2026	Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11
1º de janeiro de 2027	IFRS 18 (CPC 51) 'Presentation and Disclosure in Financial Statements'

Na avaliação inicial da Administração, não foram identificados impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa decorrentes da adoção dessas novas normas e alterações, considerando a natureza de suas operações e o atual estágio de aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, relativas à ausência de conversibilidade, visam estabelecer orientações específicas para situações em que uma entidade não consegue converter determinada moeda em outra moeda de forma plena, devido a restrições legais ou regulatórias, definindo critérios para mensuração e divulgação nessas circunstâncias.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação têm como objetivo esclarecer e refinar aspectos relacionados à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros, incluindo exigências adicionais de divulgação, com foco na melhoria da qualidade das informações fornecidas aos usuários das demonstrações contábeis.

***Annual Improvements to IFRS Accounting Standards* – Volume 11** compreende ajustes pontuais e esclarecimentos a normas já existentes, resultantes de revisões periódicas dos pronunciamentos internacionais, sem introduzir novos princípios contábeis relevantes, mas buscando eliminar ambiguidades e melhorar a consistência das normas.

IFRS 18 (CPC 51) – *Presentation and Disclosure in Financial Statements* substituirá o atual CPC 26 e introduz mudanças relevantes na estrutura e na apresentação das demonstrações contábeis, especialmente na Demonstração do Resultado do Exercício, estabelecendo novos subtotais obrigatórios e critérios mais claros de agrupamento e divulgação de informações, com o objetivo de aumentar a transparência e a comparabilidade entre as entidades.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

Reforma tributária brasileira

Em dezembro de 2024, foi promulgada pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional de nº 132/2023, que altera o Sistema Tributário Nacional. O texto que deu origem a Emenda, teve como base, a PEC de nº 45/2019, a qual a versão final, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, no mesmo mês.

O principal objetivo da reforma é a simplificação do sistema tributário, substituindo cinco tributos incidentes sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um modelo de tributação dual, composto por: **(i)** Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto Seletivo (IS), aplicável a produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente; e **(ii)** Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Além da unificação dos tributos sobre o consumo, a reforma prevê a criação de fundos para compensação de incentivos fiscais, desenvolvimento regional e mitigação de desigualdades econômicas entre os estados. Também estabelece mudanças na tributação patrimonial, como a realocação da competência para a regulamentação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) para a esfera federal e a ampliação da incidência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) sobre veículos aquáticos e aéreos.

Em 16 de janeiro de 2025, o presidente do Brasil sancionou a Lei Complementar nº 68/2024, que regulamenta a reforma tributária sobre o consumo. A nova legislação simplifica a cobrança de tributos, elimina a cumulatividade tributária, dá previsibilidade à arrecadação e isenta totalmente de impostos os itens da cesta básica nacional. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que a reforma trará avanços significativos no médio prazo, aumentando a competitividade da economia brasileira.

O período de transição para o novo modelo tributário será gradual, com etapas progressivas até sua implementação completa. Em 2026, terá início a cobrança da CBS e do IBS em caráter experimental, com alíquotas reduzidas, enquanto os tributos atuais ainda coexistirão. A extinção total do sistema vigente está prevista para ocorrer até 2033

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco conta movimento	423	1.081	2.864	3.075
Aplicações financeiras	154.035	100.338	215.832	107.279
Total	**154.458**	**101.419**	**218.696**	**110.354**

O caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades mantidas pela Empresa, que serão utilizadas para liquidar os compromissos de curto prazo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e sem penalidade no resgate, com modalidade compromissada, e apresentaram rentabilidade aproximada de 85% do CDB em 2025 e 2024.

5. Contas a receber

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes nacional e internacional	193.811	152.412	306.033	258.439
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 19)	121.288	82.645	91.206	73.799
Total	**315.099**	**235.057**	**397.239**	**332.238**
(-) Perda Esperada em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(9.054)	(8.392)	(10.061)	(9.399)
Total	**306.045**	**226.665**	**387.178**	**322.839**

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

b) Idade do saldo de contas a receber de clientes

Abertura por vencimento das contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total a vencer	**246.905**	**197.626**	**313.221**	**289.133**
Vencidos				
Até 30 dias	14.293	4.818	20.094	5.704
De 31 a 60 dias	9.829	2.614	12.057	2.945
De 61 a 90 dias	12.986	589	15.488	589
De 91 a 180 dias	1.504	30	2.873	227
De 181 a 360 dias	457	2.420	422	4.970
Mais de 360 dias **(a)**	29.125	26.960	33.084	28.670
Total vencidos	**68.194**	**37.431**	**84.018**	**43.105**
Total do contas a receber	**315.099**	**235.057**	**397.239**	**332.238**

(a) A Empresa possui contas a receber com partes relacionadas, os quais o prazo médio de vencimento é de cerca de 180 dias após a emissão. Adicionalmente, do montante vencido a mais de 360 dias, há cerca de R$ 22.000, os quais estão relacionadas a títulos entre partes relacionadas, os quais a são baixo risco de crédito, e o montante remanescente estão em fase de negociação, com expectativa de recebimento. A Administração entende que os critérios de mensuração aplicados são adequados à natureza dessas transações.

c) Movimentação da PECLD

A Empresa registra a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes. A seguir a movimentação da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**(8.392)**	**(6.284)**	**(9.399)**	**(11.850)**
Baixa de PECLD **(i)**	-	-	-	5.278
Constituição	(662)	(2.108)	(662)	(2.827)
Saldo final	**(9.054)**	**(8.392)**	**(10.061)**	**(9.399)**

(i) No exercício de 2025, observou-se um aumento relevante na Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), decorrente implementação das políticas de risco de crédito pela nova gestão da Empresa do Grupo Packingroup ("Packingroup"). A Administração avaliou as práticas contábeis de acordo com a CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, e concluiu que é uma revisão da política contábil, em função de avaliação detalhada do perfil da carteira de clientes, bem como práticas de gestão e cobrança da Packingroup, sendo a alteração da estimativa aplicada de forma prospectiva.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-prima	136.146	101.850	181.796	143.175
Produto acabado	26.198	28.087	67.919	49.375
Total	**162.344**	**129.937**	**249.715**	**192.550**

Devido à natureza dos itens comercializados pela Empresa não há indícios sobre itens de estoque obsoletos, adicionalmente a Empresa avalia recorrentemente o estoque e não identificou itens de baixa rotatividade.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

7. Tributos a recuperar e imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS a recuperar	2.361	-	2.413	-
COFINS a recuperar	10.573	-	10.802	-
ICMS a recuperar	-	8	-	8
Crédito extemporâneo (PIS e Cofins) **(a)**	-	7.823	-	21.259
IPI a recuperar	5.076	6.623	9.202	6.899
Total tributos a recuperar	**18.010**	**14.454**	**22.417**	**28.166**
IRPJ a recuperar	12.847	11.861	15.778	12.094
CSLL a recuperar	3.311	4.184	4.113	4.219
Total Imposto de renda e contribuição social	**16.158**	**16.045**	**19.891**	**16.313**
Circulante	15.548	16.045	19.281	16.313
Não circulante	610	161	610	161
Total	**16.158**	**16.045**	**19.891**	**16.313**

(a) Os saldos estão relacionados à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, conforme entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), Os créditos foram utilizados integralmente em 2025 para compensação de débitos da Empresa.

8. Adiantamentos e depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores **(a)**	7.665	23.964	7.909	24.022
Adiantamentos a funcionários	221	79	341	136
Seguros a vencer **(b)**	-	-	1.035	-
Outros	-	-	-	248
Total	**7.886**	**24.043**	**9.285**	**24.406**
Depósitos judiciais	1.182	1.081	1.389	1.081
Total	**1.182**	**1.081**	**1.389**	**1.081**

(a) Adiantamentos para fornecedores, a liquidação desses valores ocorrerá no momento do desembaraço aduaneiro, mediante a emissão das respectivas notas fiscais de entrada no território nacional. Esses adiantamentos estão devidamente suportados por contratos comerciais e documentos de embarque, e representam compromissos firmes de fornecimento.

(b) O aumento no saldo de seguros a vencer decorre da decisão do grupo de centralizar todas as apólices das demais unidades no CNPJ da controlada a Soft Film, concentrando assim os contratos e seus respectivos pagamentos.

9. Investimentos

	31/12/2024	Reavaliação preço de compra (a)	Equivalência patrimonial do exercício	Juros sobre capital próprio recebidos	31/12/2025
Soft Film	232.840	(12.242)	(7.118)	-	213.480
Total	**232.840**	**(12.242)**	**(7.118)**	**-**	**213.480**

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

	31/12/2023	Aquisição	Equivalência patrimonial do exercício	Juros sobre capital próprio recebidos	31/12/2024
Soft Film	-	240.238	(6.843)	(555)	232.840
Total	**-**	**240.238**	**(6.843)**	**(555)**	**232.840**

(a) Combinação de negócios

A Soft Film Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. ("Soft Film") foi adquirida em 18 de julho de 2024, tendo a transferência do controle societário ocorrido em 01 de setembro de 2024. O valor da aquisição inicialmente pactuado foi de R$ 240.239, sendo posteriormente ajustado para R$ 227.997, em decorrência de cláusulas de ajuste de preço previstas no *Quota Purchase Agreement* ("QPA"), conforme mencionado acima, nos termos do contrato de compra e venda assinado em 18 de julho de 2024, sendo: (a) preço de aquisição (item 2.2 do contrato de compra e venda) – R$ 150.000, sendo uma parcela à vista no montante de R$ 45.000 e o saldo remanescente de R$ 105.000 a ser pago em 5 parcelas; (b) ajuste ao preço de aquisição (item 2.6 do contrato de compra e venda) – R$ 90.239, correspondente: b.1) ao valor dos estoques existentes na data de fechamento, no montante de R$ 28.664, a ser pago em 10 parcelas mensais a partir de 05/10/2024; e b.2) ao capital de giro da Soft Film na data de fechamento, líquido do capital de giro normalizado, no montante de R$ 61.575, a serem pagos de acordo com a efetiva realização dos recebimentos e pagamentos apurados após o fechamento, a partir de 05/10/2024, até o recebimento integral.

O pagamento parcelado do preço de aquisição tem por objetivo, além de possibilitar a adequada geração de caixa da Soft Film, refletir os mecanismos contratuais destinados a cobrir eventuais passivos, contingências ou ajustes relacionados a períodos anteriores à data de fechamento, conforme previsto nas cláusulas do contrato de compra e venda, com prazos estimados de liquidação entre 12 e 72 meses, de acordo com as premissas acordadas entre as partes, sendo o saldo em aberto a pagar pela aquisição em 31 de dezembro de 2024 o montante de R$ 118.236.

Após a aquisição da Soft Film e ao longo do exercício de 2025, durante o processo de apuração e liquidação mensal do ajuste de capital de giro previsto no QPA, foram identificadas variações no montante aproximado de R$ 12.242, relacionadas a ajustes contratuais expressamente previstos nas cláusulas de determinação do capital de giro e de dedução do valor nominal da contraprestação. Tais ajustes referem-se à identificação de passivos, contingências ou obrigações existentes na data da aquisição e não refletidos integralmente no balanço-base utilizado para fins de fechamento da transação.

Esses valores, apurados com a anuência dos vendedores, foram deduzidos dos montantes devidos a título de ajuste de capital de giro ao longo de 2025, resultando na redução do valor final da contraprestação da aquisição. Consequentemente, tal ajuste refletiu-se na redução do custo do investimento reconhecido nas demonstrações contábeis individuais e, nas demonstrações contábeis consolidadas, na redução do montante do ágio apurado na data da aquisição, em conformidade com os termos contratuais e com o CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios.

Informações relevantes sobre os investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

31/12/2025	Participação percentual	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo líquido do exercício
Soft Filmes	100%	**306.402**	**195.142**	**111.260**	**298.482**	**(7.118)**

31/12/2024	Participação percentual	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Prejuízo líquido do exercício
Soft Film	100%	**220.868**	**102.490**	**118.378**	**74.905**	**(6.843)**

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

10. Imobilizado

				Líquido	
Controladora	**Taxa média de depreciação**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Terrenos		38.290	-	**38.290**	**38.290**
Edificações	4%	20.224	(8.008)	**12.216**	**13.011**
Máquinas e equipamentos	10%	128.775	(62.489)	**66.286**	**19.156**
Móveis e utensílios	10%	307	(203)	**104**	**91**
Equipamentos de informática	20%	886	(574)	**312**	**119**
Veículos	20%	1.100	(356)	**744**	**-**
Instalações	10%	99	-	**99**	**99**
Imobilizado em andamento		10.739	-	**10.739**	**38.216**
Total		**200.420**	**(71.630)**	**128.790**	**108.982**

Controladora	**31/12/2024**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Depreciação**	**31/12/2025**
Terrenos	38.290	-	-	-	-	38.290
Edificações	13.011	-	-	-	(795)	12.216
Máquinas e equipamentos	19.156	20.854	(52)	32.539	(6.211)	66.286
Móveis e utensílios	91	35	-	-	(22)	104
Equipamentos de informática	119	254	-	-	(61)	312
Veículos	-	757	-	-	(13)	744
Instalações	99	-	-	-	-	99
Imobilizado em andamento	38.216	5.062	-	(32.539)	-	10.739
Total	**108.982**	**26.962**	**(52)**	**-**	**(7.102)**	**128.790**

Controladora	**31/12/2023**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Depreciação**	**31/12/2024**
Terrenos	38.290	-	-	-	-	38.290
Edificações	12.409	265	-	1.095	(758)	13.011
Máquinas e equipamentos	21.765	2.776	(286)	856	(5.955)	19.156
Móveis e utensílios	107	6	-	-	(22)	91
Equipamentos de informática	58	89	-	-	(28)	119
Instalações	-	99	-	-	-	99
Imobilizado em andamento	1.176	38.991	-	(1.951)	-	38.216
Total	**73.805**	**42.226**	**(286)**	**-**	**(6.763)**	**108.982**

				Líquido	
Consolidado	**Taxa média de depreciação**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Terrenos	-	38.290	-	**38.290**	**38.290**
Edificações	4%	25.113	(10.507)	**14.606**	**15.590**
Máquinas e equipamentos	10%	164.596	(95.815)	**68.781**	**22.193**
Móveis e utensílios	10%	1.088	(807)	**281**	**274**
Equipamentos de informática	20%	2.578	(1.921)	**657**	**568**
Ferramentas	20%	103	(69)	**34**	**29**
Veículos	20%	1.185	(441)	**744**	**1**
Instalações	10%	99	-	**99**	**99**
Outras imobilizações	10% a 20%	450	(402)	**48**	**59**
Imobilizado em andamento	-	10.890	-	**10.890**	**38.367**
Total		**244.392**	**(109.962)**	**134.430**	**115.470**

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

Consolidado	31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2025
Terrenos	38.290	-	-	-	-	38.290
Edificações	15.590	6	-	-	(991)	14.605
Máquinas e equipamentos	22.193	21.036	(381)	32.539	(6.605)	68.782
Móveis e utensílios	274	61	-	-	(55)	280
Equipamentos de informática	568	337	-	-	(248)	657
Ferramentas	29	13	-	-	(8)	34
Veículos	1	757	-	-	(13)	745
Instalações	99	-	-	-	-	99
Outras imobilizações	59	14	-	-	(25)	48
Imobilizado em andamento	38.367	5.062	-	(32.539)	-	10.890
Total	**115.470**	**27.286**	**(381)**	**-**	**(7.945)**	**134.430**

Consolidado	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2024
Terrenos	38.290	-	-	-	-	38.290
Edificações	12.409	3.039	-	1.095	(953)	15.590
Máquinas e equipamentos	21.765	9.824	(345)	856	(9.907)	22.193
Móveis e utensílios	107	275	-	-	(108)	274
Equipamentos de informática	58	782	-	-	(272)	568
Ferramentas	-	36	-	-	(7)	29
Veículos	-	618	(1.215)	-	598	1
Instalações	-	99	-	-	-	99
Outras imobilizações	-	106	-	-	(47)	59
Imobilizado em andamento	1.176	39.142	-	(1.951)	-	38.367
Total	**73.805**	**53.921**	**(1.560)**	**-**	**(10.696)**	**115.470**

11. Intangível

a) Composição

Descrição	Amortização	31/12/2024	Adição	Reavaliação preço de compra	Amortização	31/12/2025
Ágio de combinação de negócios	Indefinida	114.462	-	(12.242)	-	102.220
Total		**114.462**	**-**	**(12.242)**	**-**	**102.220**

Descrição	Amortização	31/12/2023	Adição	Baixa	Amortização	31/12/2024
Ágio de combinação de negócios	Indefinida	-	114.462	-	-	114.462
Total		**-**	**114.462**	**-**	**-**	**114.462**

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

O ágio decorrente de combinação de negócios é classificado como ativo intangível com vida útil indefinida e, portanto, não está sujeito à amortização, sendo submetido, no mínimo, anualmente ao teste de recuperabilidade (*impairment*).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração realizou o teste de valor recuperável do ágio alocado às unidades geradoras de caixa (UGCs) da controlada, com apoio de empresa independente. O teste foi baseado na metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando a comparação entre o valor em uso (*value in use*) e o valor contábil das respectivas UGCs.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

As principais premissas adotadas referem-se às margens operacionais, baseadas no histórico e em expectativas de crescimento moderado, e às taxas de desconto, que refletem os riscos específicos das unidades geradoras de caixa (UGCs) e o valor do dinheiro no tempo. Com base nessa avaliação, não foram identificados indicadores de redução ao valor recuperável, uma vez que o valor recuperável apurado superou o valor contábil das UGCs, não sendo necessário o reconhecimento de perda por *impairment* no exercício.

Adicionalmente, em decorrência da apuração e liquidação do ajuste de capital de giro previsto no Quota Purchase Agreement (QPA), realizadas ao longo do exercício de 2025, foram identificados ajustes no montante de R$ 12.242, relacionados a deduções contratuais do valor da contraprestação em função da identificação de passivos e obrigações existentes na data da aquisição. Tais ajustes foram reconhecidos contabilmente por meio da redução do saldo da conta contas a pagar – Aquisição de investimento no passivo circulante, com contrapartida na redução do valor do investimento registrado nas demonstrações contábeis individuais e na consolidação, essa redução do custo do investimento refletiu-se, consequentemente, na diminuição do montante do ágio reconhecido no ativo intangível, conforme demonstrado na movimentação acima.

12. Fornecedores

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais e internacionais	156.417	92.676	166.311	133.065
Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 19) **(a)**	118.064	69.541	237.541	90.191
Total	**274.481**	**162.217**	**403.852**	**223.256**

(a) Os saldos classificados como partes relacionadas correspondem, substancialmente, a operações comerciais realizadas com empresas integrantes do mesmo grupo econômico, principalmente relacionadas à aquisição de matérias-primas, insumos produtivos e serviços operacionais. Tais transações são realizadas em condições compatíveis com aquelas praticadas com terceiros independentes, incluindo prazos, preços e condições de pagamento, e estão devidamente suportadas por contratos e documentação comercial.

13. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Modalidade	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda nacional			
Fundo Bucarest **(a)**	16/04/2025	37.901	13.031
FINEP **(b)**	10/02/2035	32.338	-
Safra **(c)**	15/11/2031	20.682	-
BNDES **(d)**	15/12/2031	30.056	-
Total		**120.977**	**13.031**
Em moeda estrangeira			
Santander	16/06/2025	-	26.547
Itaú **(e)**	17/06/2030	19.809	-
Bradesco **(f)**	02/04/2026	13.288	6.458
SML	14/07/2026	9.866	19.566
PPE China Construction Bank	10/11/2027	10.863	16.204
Bank Of China **(g)**	02/04/2026	13.266	-
Total		67.092	**68.775**
Total		**188.069**	**81.806**
Passivo circulante		88.915	61.424
Passivo não circulante		99.154	20.382
Total		**188.069**	**81.806**

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

A taxa média das operações referentes aos empréstimos e financiamentos contratados até 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de 0,38 % a.m. sendo 4,52% a.a.

(a) Em 2025 o Grupo fechou operação com o fundo Bucarest no montante R$ 37.901 com taxa de 2,5% a.m.

(b) Em 2025 o Grupo fechou operação com o FINEP no montante R$ 32.338 com taxa de 0,35 % a.m.

(c) Em 2025 o Grupo fechou operação com o Safra no montante R$ 20.682 com taxa de 0,75 % a.m.

(d) Em 2025 o Grupo fechou operação com o BNDS no montante R$ 30.056 com taxa de 0,67 % a.m.

(e) O Grupo realizou a captação de recursos por meio de operação de Cédula de Crédito à Exportação (CCE) junto ao Banco Itaú, a operação tem vencimento previsto para 16 de junho de 2030 e está vinculada a contratos de exportação firmados pela Empresa, conforme previsto na regulamentação cambial vigente.

(f) O Grupo realizou a captação de recursos por meio de operação de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) junto ao Banco Santander, a operação tem vencimento previsto para 16 de abril de 2026 e está vinculada a contratos de exportação firmados pela Empresa, conforme previsto na regulamentação cambial vigente.

(g) O Grupo realizou a captação de recursos por meio de operação de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) junto ao Banco Santander, a operação tem vencimento previsto para 02 de abril de 2026 e está vinculada a contratos de exportação firmados pela Empresa, conforme previsto na regulamentação cambial vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	61.424	-	61.424
2026	88.915	15.018	88.915	15.018
2027	20.667	5.364	20.667	5.364
2028	17.986	-	17.986	-
2029	20.391	-	20.391	-
2030 em diante	40.110	-	40.110	-
Total	**188.069**	**81.806**	**188.069**	**81.806**

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrente de atividade de financiamento

	Saldo em 31/12/2024	Captação (+)	Amortização (-)	Juros apropriados (+)	Variação cambial	Saldo em 31/12/2025
ACC Santander	26.547	-	(27.330)	341	442	-
ACC Bradesco	6.458	13.354	(6.473)	578	(629)	13.288
CCE Itaú	-	19.131	-	391	287	19.809
Safra	-	20.595	(67)	154	-	20.682
BNDES	-	30.000	-	56	-	30.056
SML	19.566	-	(10.262)	662	(100)	9.866
PPE CCB	16.204	-	(5.837)	507	(11)	10.863
ACC BC	-	13.424	-	321	(479)	13.266
FINEP	-	32.169	-	169	-	32.338
Fundo Bucarest	13.031	220.781	(203.901)	7.990	-	37.901
Total	**81.806**	**349.454**	**(253.870)**	**11.169**	**(490)**	**188.069**

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

	Saldo em 31/12/2023	Captação (+)	Amortização (-)	Juros apropriados (+)	Variação cambial	Saldo em 31/12/2024
ACC Santander	-	25.370	(2.858)	831	3.204	26.547
ACC Bradesco	-	6.251	-	22	185	6.458
SML	-	18.530	-	252	784	19.566
PPE CCB	-	15.410	-	112	682	16.204
Fundo Bucarest	3.937	131.598	(126.547)	4.043	-	13.031
Total	**3.937**	**197.159**	**(129.405)**	**5.260**	**4.855**	**81.806**

Garantias

A Guanapack concedeu aval aos empréstimos tomados junto ao LBBW pela Guanapack, empréstimos que se estendem até 2026.

14. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos sociais	2.160	2.158	3.333	4.003
Parcelamento REFIS (INSS)	-	-	23	-
Provisão para férias e encargos sociais	4.683	4.042	7.832	7.157
Total	**6.483**	**6.200**	**11.188**	**11.160**
Passivo circulante	6.483	6.200	11.112	11.067
Passivo não circulante	-	-	76	93
Total	**6.483**	**6.200**	**11.188**	**11.160**

15. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a recolher	546	509	551	606
ICMS a recolher	1.772	1.267	2.200	1.711
INSS retido a recolher	33	60	33	60
ISS retido	8	21	15	26
PIS/Cofins/CSLL retido	27	-	35	-
IPI a recolher	-	-	-	1.179
Outros tributos a recolher	-	-	-	31
Obrigações tributárias	**2.386**	**1.857**	**2.834**	**3.613**
Parcelamento - PERT **(a)**	2.127	2.442	2.127	2.442
Parcelamento - REFIS **(b)**	-	1.160	-	1.160
Parcelamento IRPJ e CSLL **(c)**	27.987	38.404	27.987	38.404
Parcelamento - IPI **(d)**	-	331	-	331
Impostos parcelados	**30.114**	**42.337**	**30.114**	**42.337**
Passivo circulante	18.467	17.084	18.915	18.840
Passivo não circulante	14.033	27.110	14.033	27.110
Total	**32.500**	**44.194**	**32.948**	**45.950**

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

(a) Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

Em agosto de 2017 a Empresa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais. Optou-se pela modalidade de pagamento em espécie de 7,5% (sete e meio por cento) da dívida consolidada em cinco prestações mensais e sucessivas, sendo o saldo remanescente parcelado em 145 prestações mensais e sucessivas atualizadas pela Selic.

A Empresa encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições dele.

(b) REFIS – Lei nº 12.996/2014

Em agosto de 2014 aderiu ao REFIS, instituído pela Lei nº 12.996/2014, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais. Optou-se pela modalidade de pagamento em espécie de 10% (dez por cento) da dívida consolidada em 05 prestações mensais e sucessivas, sendo o saldo remanescente parcelado em 179 prestações mensais e sucessivas atualizadas pela Selic. Parcelamento quitado em 2025.

(c) Parcelamento IRPJ e CSLL

Com intuito de regularização dos valores em aberto de IR e CS dos anos de 2020 e 2021, a Empresa aderiu ao parcelamento ordinário em 2022 em 60 prestações mensais e sucessivas atualizadas pela Selic.

A Empresa encontra-se obrigadas a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições dele.

A Empresa e suas controladas encontram-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições dele.

(d) Parcelamento IPI

Em setembro de 2020 a Empresa aderiu ao parcelamento ordinário, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais referentes a IPI em 60 prestações mensais e sucessivas atualizadas pela Selic. A Empresa encontra-se obrigada a manter os pagamentos regulares dos impostos e das contribuições, parceladas e correntes como condição essencial para a manutenção do parcelamento e das condições dele. Parcelamento quitado em 2025.

Cronograma de pagamento dos impostos parcelados

Anos	
2026	16.082
2027	12.948
2028	521
2029 em diante	563
Total	**30.114**

16. Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de clientes	3.363	4.193	3.998	4.193
Total	**3.363**	**4.193**	**3.998**	**4.193**

Os outros passivos referem-se, substancialmente, a adiantamentos de clientes, correspondentes a valores recebidos antecipadamente como mecanismo de segurança financeira relacionado aos pedidos de compra formalizados pelos clientes do Grupo.

Esses adiantamentos não são apropriados como receita, sendo abatidos dos respectivos valores a receber no momento do faturamento dos produtos, quando da emissão da nota fiscal, em conformidade com as condições comerciais pactuadas e com o regime de competência.

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

17. Direito de uso e passivo de arrendamento (consolidado)

O Grupo possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis. O direito de uso e passivo de arrendamento são adicionados no momento de assinatura do contrato de locação e são remensurados a cada atualização monetária do valor de aluguel previsto em contrato. A baixa do direito de uso e passivo de arrendamento ocorre mediante extinção do contrato vigente.

O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e os ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

17.1. Movimentação do direito de uso

	31/12/2024	Adição	Amortização	31/12/2025
Direito de uso - imóveis	22.217	-	(4.095)	18.122
Total	**22.217**	**-**	**(4.095)**	**18.122**

	31/12/2023	Adição	Amortização	31/12/2024
Direito de uso - imóveis	-	22.946	(729)	22.217
Total	**-**	**22.946**	**(729)**	**22.217**

17.2. Movimentação do passivo de arrendamento

Movimentação	
Saldo inicial (31 de dezembro de 2023 (não auditado)	**-**
Juros incorridos	727
Pagamentos	(811)
Adição	22.946
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2024	**22.862**
Juros incorridos	465
Pagamentos	(4.492)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2025	**18.835**

Circulante	5.146
Não circulante	13.689
Total	**18.835**

Anos	
2026	5.146
2027	5.146
2028	5.146
2029	3.397
Total	**18.835**

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

18. Provisões para demandas judiciais

A Empresa e sua controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributário, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas judiciais.

As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	432	66	432	66
Total	**432**	**66**	**432**	**66**

A movimentação das provisões nos exercícios de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**317**	**317**
Baixas	(251)	(251)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**66**	**66**
Adições	366	366
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**432**	**432**

18.1. Contingências de perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa e sua controlada são partes em ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

Tais processos representam o montante de R$ 152 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (R$ 198 em 2024).

19. Partes relacionadas

A Empresa e sua controlada integram a Packingroup, grupo empresarial atuante no segmento de embalagens plásticas flexíveis, composto por diversas empresas controladas, com unidades fabris localizadas em diferentes regiões do Brasil.

As empresas do grupo desenvolvem, de forma integrada, atividades relacionadas à fabricação e comercialização de embalagens plásticas, compartilhando estratégias operacionais e comerciais, observadas as características individuais de cada unidade.

A seguir, são apresentadas as principais transações realizadas pela Empresa com partes relacionadas ao longo do exercício, as quais ocorreram no curso normal dos negócios e encontram-se detalhadas as operações entre as empresas do grupo:

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

19.1. Saldos de balanços

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante - Contas a receber (Nota Explicativa nº 5)				
Empresa de Plásticos da Amazônia ("E.P.A")	38	167	38	167
Europack Indústria e Comércio de Produtos Termoplásticos Ltda. ("Europack")	17.240	19.365	17.293	19.375
Europackne Indústria e Comércio de Produtos Termoplásticos Ltda. ("Europackne")	1.725	-	1.725	-
Norpack Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda. ("Norpack")	-	20	-	20
Packduque Indústria de Plásticos Ltda. ("Packduque")	64.708	52.116	69.909	52.116
Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda. ("Patena")	471	26	471	26
Prismapack Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda. ("Prismapack")	1.599	1.013	1.770	1.013
Soft Film Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. ("Soft Film")	35.507	9.938	-	1.082
Total	**121.288**	**82.645**	**91.206**	**73.799**
Ativo não circulante - Contrato de mútuo				
Europack Indústria e Comércio de Produtos Termoplásticos Ltda. ("Europack")	2.202	2.204	2.202	2.204
Europackne Nordeste Indústria e Comércio de Produtos Termoplásticos Ltda. ("Europackne")	-	23	-	23
Packduque Indústria de Plásticos Ltda. ("Packduque")	44.960	44.759	45.001	44.759
Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda. ("Patena")	-	5	-	5
Theo Reiter	11.776	11.706	11.776	11.706
Total	**58.938**	**58.697**	**58.979**	**58.697**
Passivo circulante – Fornecedores (Nota Explicativa nº 12)				
Empresa de Plásticos da Amazônia ("E.P.A")	111.898	68.368	226.852	84.492
Europack Nordeste Indústria e Comércio de Produtos Termoplásticos Ltda. ("Europack")	3	-	35	-
Europackne Nordeste Indústria e Comércio de Produtos Termoplásticos Ltda. ("Europackne")	-	6	-	6
Packduque Indústria de Plásticos Ltda. ("Packduque")	1.067	71	10.148	4.766
Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda. ("Patena")	-	87	-	87
Prismapack Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda. ("Prismapack")	492	840	506	840
Soft Film Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. ("Soft Film")	4.604	169	-	-
Total	**118.064**	**69.541**	**237.541**	**90.191**

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não circulante - Contrato de mútuo				
Empresa de Plásticos da Amazônia ("E.P.A")	27.328	28.594	27.328	28.594
Europackne Nordeste Indústria e Comércio de Produtos Termoplásticos Ltda. ("Europackne")	81	-	81	-
Norpack Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda. ("Norpack")	7.119	-	7.119	-
Packduque Indústria de Plásticos Ltda. ("Packduque")	-	-	49	-
Patena Indústria e Comércio de Resinas e Filmes Plásticos Ltda. ("Patena")	6.146	-	6.146	-
Prismapack Indústria e Comércio de Produtos Plásticos Ltda. ("Prismapack")	10.723	21	10.723	21
Total	**51.397**	**28.615**	**51.446**	**28.615**

19.2. Saldos de resultado

Os resultados nas transações da Empresa com partes relacionadas estão demonstrados como segue:

	Vendas		Compras	
Controladora	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Europack	-	129	-	-
Europackne	3.961	3.867	105	-
Norpack	-	32	-	11
Packduque	76.249	75.609	1.671	1.062
Patena	470	384	18	52
E.P.A.	-	599	273.680	172.059
Prismapack	4.376	4.217	509	-
Soft Film	107.582	10.062	8.745	196
Total	**192.638**	**94.899**	**284.728**	**173.380**

	Vendas		Compras	
Consolidado	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Europack	53	129	32	-
Europackne	3.961	3.867	105	-
Norpack	-	32	-	11
Packduque	101.322	76.691	18.722	16.458
Patena	771	384	40	52
E.P.A.	-	599	425.235	189.717
Prismapack	4.547	4.217	545	-
Total	**110.654**	**85.919**	**444.679**	**206.238**

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, totalmente subscrito e integralizado era R$ 26.000, representado por 26.000 (valor nominal de R$ 1 (um real), pertencentes na sua totalidade a Empresa.

Em 2024, a empresa realizou um aumento de capital no valor de R$ 25.000 utilizando saldo de reservas fiscais.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme contrato social, os lucros líquidos apurados em cada exercício social terão a destinação que for determinada pelos quotistas representando a maioria do capital social, garantida a todos os quotistas sua participação proporcional.

No exercício de 2025, não houve distribuição de lucros ou de Juros sobre Capital Próprio (JCP), permanecendo integralmente retidos na Empresa.

c) Reserva de lucros

Reserva de incentivos fiscais

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa não constituiu reservas de incentivos fiscais, uma vez que, no referido exercício, não houve destinação de lucros para programas, projetos ou atividades amparadas por legislações de incentivos fiscais federais, estaduais ou municipais.

Considerando que o exercício de 2025 foi encerrado com prejuízo de R$ 27.406, não houve base para qualquer apropriação dessa natureza.

21. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas				
Venda de produtos - Mercado interno	792.875	741.964	1.198.710	882.898
Venda de produtos - Mercado externo	89.613	110.669	90.559	110.669
Vendas Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 19)	192.638	94.899	110.654	85.919
Total	**1.075.126**	**947.532**	**1.399.923**	**1.079.486**
Deduções de vendas				
Devoluções e descontos	(246.182)	(22.068)	(371.593)	(237.277)
Impostos sobre vendas	(19.557)	(199.266)	(36.788)	(26.983)
Total	**(265.739)**	**(221.334)**	**(408.381)**	**(264.260)**
Total	**809.387**	**726.198**	**991.542**	**815.226**

22. Custo e despesas por natureza

O Grupo apresenta a demonstração do resultado do exercício utilizando uma classificação de custos e despesas baseada em sua função. A apresentação dos custos e despesas por natureza é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Representado por				
Custo dos produtos vendidos	(754.255)	(665.370)	(911.266)	(740.325)
Gerais e administrativas	(95.169)	(81.208)	(130.185)	(98.912)
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	(662)	(2.108)	(662)	(2.679)
Outras receitas/(despesas) operacionais	37.259	35.254	36.319	39.136
Total	**(812.827)**	**(713.432)**	**(1.005.794)**	**(802.580)**

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais diretos (matéria-prima, embalagem)	(683.595)	(624.681)	(797.950)	(699.436)
Pessoal	(46.025)	(36.768)	(82.336)	(48.888)
Serviços de terceiros	(13.405)	(13.236)	(16.289)	(19.931)
Depreciação direito de uso	-	-	(4.095)	-
Depreciação	(7.102)	(6.759)	(7.945)	(7.169)
Energia elétrica	(15.528)	(14.871)	(22.572)	(17.371)
Combustíveis e lubrificantes	(1.006)	(924)	(1.006)	(924)
Manutenção de máquinas	(4.311)	(3.805)	(8.303)	(3.805)
Outros gastos	(1.406)	(566)	(2.778)	(3.299)
Custo apropriado no estoque	(5.025)	15.705	(5.025)	30.220
Despesas comerciais	(56.170)	(53.295)	(70.027)	(58.413)
Material de consumo	(813)	(867)	(813)	(867)
Despesas de viagens	(5.414)	(3.843)	(5.414)	(3.843)
Seguro	(151)	-	(1.265)	-
Fretes, carretos e seguros	(892)	(873)	(892)	(973)
Impostos e taxas	(1.325)	(981)	(2.674)	(1.438)
Outras despesas administrativas e locações	(3.256)	(54)	(6.933)	(1.631)
Receita de incentivo fiscal conforme Lei nº 5.636/10 **(a)**	36.632	33.584	36.632	37.326
Resultado na venda do imobilizado	(52)	286	(381)	286
PECLD	(662)	(2.108)	(662)	(2.108)
Provisão para contingência	(366)	252	(366)	252
Receita de sinistro	944	752	944	752
Outras receitas/(despesas)	(3.899)	(380)	(5.644)	(1.320)
Total	**(812.827)**	**(720.275)**	**(1.005.794)**	**(802.580)**

(a) Nessa rubrica encontram-se registrados os ganhos obtidos com a redução do ICMS em face da Empresa estar enquadrada na política de recuperação econômica de municípios Fluminenses, que dispõe dentre outros assuntos, do regime especial de recolhimento do ICMS equivalente. Também estão registrados os ganhos obtidos com a redução do Impostos sobre Circularização de Mercadorias e Prestações de Serviços (ICMS) em face da empresa estar enquadrada na Política de recuperação econômica de municípios Fluminenses, que dispõe, entre outros assuntos, do regime especial de recolhimento do ICMS equivalente à alíquota de 2% sobre o faturamento, bem como veda o aproveitamento de crédito do referido imposto, conforme Lei Municipal nº 4.533/05 e nova redação dada pela Lei nº 5.229/08. A redução da alíquota é classificada como uma Subvenção Governamental.

23. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Juros ativos	226	193	257	197
Rendimento de aplicação financeira	11.792	12.649	15.792	13.144
Descontos obtidos	759	382	804	569
Atualização de impostos	259	(7)	259	(7)
Outras receitas financeiras	180	395	763	1.174
Total	**13.216**	**13.612**	**17.875**	**15.077**
Despesas financeiras				
Juros passivos	(15.602)	(7.932)	(15.617)	(8.701)
Juros bancários **(I)**	(13.364)	(5.970)	(13.364)	(5.970)
Descontos concedidos	(1.172)	(1.470)	(1.566)	(1.484)
Resultado financeiro de derivativo	148	(1.165)	130	(1.165)

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	(465)	-
Outras despesas financeiras	(192)	-	(264)	(7)
Total	**(30.182)**	**(16.537)**	**(31.146)**	**(17.327)**
Variação cambial, líquida				
Variação cambial ativa	(1.229)	8.985	(1.119)	9.045
Variação cambial passiva	1.347	(7.453)	1.236	(7.478)
Total	**118**	**1.532**	**117**	**1.567**
Resultado líquido, financeiro	**(16.848)**	**(1.393)**	**(13.154)**	**(683)**

24. Tributos sobre o lucro

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do iRPJ e CSSL	**(27.406)**	**4.530**	**(27.406)**	**11.767**
Adições				
Variação cambial provisionada	-	2.162	-	2.162
Juros sobre capital próprio recebidos	-	555	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	7.118	-	7.118	-
Imposto de Renda e Contribuição Social anteriores	3.999	-	3.999	-
Outras provisões	944	2.842	2.296	24.358
Exclusões				
Perda esperada em créditos de liquidação duvidosa	-	(4.814)	-	(4.814)
Variação cambial provisionada	(2.569)	-	(2.569)	-
Equivalência patrimonial	-	(38)	-	(38)
Juros sobre capital pagos	-	-	-	-
Incentivo fiscal ICMS	-	(33.584)	-	(33.584)
Outras exclusões	-	(252)	(147)	(174)
Base de cálculo	**(17.914)**	**(28.599)**	**(16.709)**	**78**
Imposto calculado com base em alíquotas vigentes				
CSLL - 9%	-	-	-	(1.922)
IRPJ - 15% + 10% adicional	-	-	-	(5.315)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**-**	**-**	**-**	**(7.237)**

Docusign Envelope ID: D976C0B0-775E-4664-BBE0-81A058C860AB

25. Instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros - Custo amortizado				
Caixa e equivalente de caixa	154.458	101.419	218.696	110.354
Clientes	306.045	226.665	387.178	322.839
Adiantamentos	7.886	24.043	9.285	24.406
Total	**468.389**	**352.127**	**615.159**	**457.599**
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	188.069	81.806	188.069	81.806-
Fornecedores	274.481	162.217	403.852	223.256
Contas a pagar - Aquisição controlada	118.236	168.996	118.236	168.996
Outros passivos	3.363	4.193	3.363	5.968
Total	**584.149**	**417.212**	**713.520**	**480.026**

	Menos de 01 ano	Entre 01 e 02 anos	Entre 02 e 05 anos	Acima de 05 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Empréstimos, financiamentos	88.915	38.653	20.391	40.110	**188.069**
Fornecedores	381.187	-	-	-	**381.187**
Contas a pagar - Aquisição de controlada	46.382	24.247	47.607	-	**118.236**
Outros passivos	3.363	-	-	-	**3.363**
Total	**519.847**	**62.900**	**67.898**	**40.110**	**690.855**
Em 31 de dezembro de 2024					
Empréstimos, financiamentos	61.424	20.382	-	-	**81.806**
Fornecedores	157.110	-	-	-	**157.110**
Contas a pagar - Aquisição de controlada	67.318	21.045	80.634	-	**168.996**
Outros passivos	5.968	-	-	-	**5.968**
Total	**291.820**	**41.427**	**80.634**	**-**	**413.881**

26. Eventos subsequentes

Em deliberação societária realizada em 10 de fevereiro de 2026, foi aprovada a incorporação da Soft Film Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. ("controlada" ou "Softfilm") pela Guanapack Indústria de Embalagens Plásticas Ltda. ("controladora" ou "Guanapack").

A operação tem por objetivo a reorganização societária do Grupo e a integração operacional das atividades, combinando a tecnologia desenvolvida pela Soft Film com o portfólio de produtos da Guanapack, com vistas à consolidação da presença no mercado, à ampliação da capacidade produtiva e ao aprimoramento do desenvolvimento de produtos e serviços. Em decorrência da incorporação, a Guanapack sucederá a Soft Film em todos os seus direitos e obrigações, sendo o patrimônio líquido da sociedade incorporada vertido para a incorporadora com base em laudo de avaliação elaborado especificamente para fins da operação, cuja efetivação jurídica ocorrerá em 1º de março de 2026.

* * *